

HOSPITAL GERAL DE BELEM

Termo de Referência 19/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
19/2026	160166-HOSPITAL GERAL DE BELEM	SAMELLA BENOLIEL ELMESCANY	24/06/2026 09:06 (v 0.6)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		64575.001900/2026-90

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de medicamentos de alto custo e oncológicos destinados a suprir as necessidades do Hospital Geral de Belém, nos termos da tabela abaixo, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	REQ. MÍN	REQ. MÁX	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Abemaciclibe Concentração: 100 mg	461325	Comprimido	30	750	750	208,01	156.007,50
2	Abemaciclibe Concentração: 150 mg	461326	Comprimido	30	750	750	298,68	224.010,00
3	Abemaciclibe Concentração: 200 mg	461327	Comprimido	30	750	750	352,52	264.390,00
4	Abiraterona Acetato Concentração: 250 mg	412776	Comprimido	120	4200	4200	10,50	44.100,00
5	Abiraterona Acetato Concentração: 500 mg	463156	Comprimido	120	4200	3000	31,49	94.470,00
6	Acalabrutinibe Concentração: 100 mg	458278	Cápsula	60	750	750	486,51	364.882,50
7	Aciclovir Dosagem: 400 mg	268372	Comprimido	30	3000	3000	1,7996	5.398,80
8	Ácido Zoledrônico Concentração: 4 MG, Forma Farmaceutica: Pó Liófilo P/ Injetável	338411	frasco /ampola	10	90	90	52,38	4.714,20
9	Afatinibe Dimaleato Concentração: 30 mg	440057	Comprimido	28	1000	1000	139,18	139.180,00

10	Afatinibe Dimaleato Concentração: 40 mg	440056	Comprimido	28	1000	1000	225,00	225.000,00
11	Alectinibe Concentração: 150 mg	458500	Cápsula	224	1000	3000	134,54	403.620,00
12	Alfaepoetina Concentração: 4.000 UI/ML, Forma Farmaceutica: Solução Injetável	465319	Frasco-Ampola	1	150	150	23,74	3.561,00
13	Alfaepoetina Concentração: 40.000 UI/ML, Forma Farmaceutica: Solução Injetável	449016	Frasco-Ampola	1	150	150	840,00	126.000,00
14	Anastrozol Dosagem: 1 mg	278348	Comprimido	30	1000	1000	1,69	1.690,00
15	Apalutamida Concentração: 60 mg	457206	Comprimido	120	2700	2700	103,12	278.424,00
16	Asciminibe Concentração: 40 mg	615689	Comprimido	60	1500	1500	351,28	526.920,00
17	Atezolizumabe Concentração: 60 mg/ml, Forma Farmacêutica: Solução P/ Infusão	449866	Frasco 20 Mililitro	1	50	50	32.318,60	1.615.930,00
18	Axitinibe Concentração: 1 mg	442721	Comprimido	180	1500	1500	74,70	112.050,00
19	Axitinibe Concentração: 5 mg	439259	Comprimido	60	1500	1500	337,87	506.805,00
20	Bevacizumabe Concentração: 25 mg/ml, Forma Farmaceutica: Solução Injetável	311390	Frasco 4 Mililitro	1	90	90	427,50	38.475,00
21	Bicalutamida Dosagem: 50 mg	271761	Comprimido	30	1500	1500	1,91	2.865,00
22	Bortezomibe Concentração: 3,5 MG, Apresentação: Injetável	280201	Frasco-Ampola	1	150	150	39,50	5.925,00
23	Cabozantinibe Composição: Levomalato , Concentração: 20 mg	464680	Comprimido	30	750	750	718,86	539.145,00
24	Cabozantinibe Composição: Levomalato , Concentração: 40 mg	464681	Comprimido	30	750	750	1.146,25	859.687,50
25	Cabozantinibe Composição: Levomalato , Concentração: 60 mg	464682	Comprimido	30	750	750	1.277,95	958.462,50
26	Capecitabina Dosagem: 150 mg	268404	Comprimido	60	2700	2700	2,50	6.750,00
27	Capecitabina Dosagem: 500 mg	268403	Comprimido	60	2700	2700	2,81	7.587,00
28	Cabazitaxel Concentração: 40 mg/ml, Forma Farmacêutica: Solução Injetável	400002	Frasco 1,5 Mililitro	1	100	100	1.197,25	119.725,00
29	Carboplatina Dosagem: 50 mg, Uso: Injetável	270410	Frasco-Ampola	1	180	180	56,99	10.258,20
30	Carboplatina Dosagem: 150 mg, Uso: Injetável	270411	Frasco-	1	180	180	125,20	22.536,00

			Ampola					
31	Cetuximabe Concentração: 5 MG/ML, Forma Farmaceutica: Solução Injetável	390008	Frasco 20 Mililitro	1	200	200	1.063,19	212.638,00
32	Zircônio Hidratado Composição: Ciclossilicato Sódico , Concentração: 5 G, Forma Farmacêutica: Pó Para Suspensão Oral	605559	Sachê 5 Grama	30	750	750	57,00	42.750,00
33	Ciclofosfamida Concentração: 1 G, Forma Farmacêutica: Pó Liófilo P/ Injetável	340148	Frasco-Ampola	10	200	200	60,98	12.196,00
34	Ciclofosfamida Composição: 50 mg	268427	Comprimido	50	4000	4000	0,9538	3.815,20
35	Cisplatina Concentração: 50 MG, Forma Farmaceutica: Pó Liófilo P/ Injetável	340183	Frasco-Ampola	1	600	600	107,37	64.422,00
36	Cisplatina Concentração: 100 MG, Forma Farmaceutica: Pó Liófilo P/ Injetável	340184	Frasco-Ampola	1	600	600	192,00	115.200,00
37	Cobimetinibe Hemifumarato Concentração: 20 mg	439342	Comprimido	63	1000	1000	367,03	367.030,00
38	Crizotinibe Concentração: 200 mg	440265	Cápsula	60	750	750	450,15	337.612,50
39	Crizotinibe Concentração: 250 mg	432637	Cápsula	60	750	750	570,79	428.092,50
40	Darolutamida Concentração: 300 mg	470668	Comprimido	120	1500	1500	112,67	169.005,00
41	Dasatinibe Concentração: 20 mg	359135	Comprimido	60	1500	1500	77,40	116.100,00
42	Dasatinibe Concentração: 100 mg	412031	Comprimido	30	1500	1500	310,55	465.825,00
43	Degarelix Composição: Sal Acetato , Concentração: 80 MG, Forma Farmacêutica: Pó Liófilo P/ Injetável , Características Adicionais: Com Sistema De Aplicação	435231	Frasco-Ampola	1	100	100	586,26	58.626,00
44	Degarelix Composição: Sal Acetato , Concentração: 120 MG, Forma Farmacêutica: Pó Liófilo P/ Injetável , Características Adicionais: Com Sistema De Aplicação	435230	Frasco-Ampola	2	50	50	533,63	26.681,50
45	Denosumabe Concentração: 60 MG/ML, Forma Farmacêutica: Solução Injetável	421223	Seringa 1 Mililitro	1	70	70	834,46	58.412,20
46	Denosumabe Concentração: 70 MG/ML, Forma Farmacêutica: Solução Injetável	406358	Frasco 1,7 Mililitro	1	70	70	1.630,00	114.100,00
47	Difenidramina Cloridrato Concentração: 50mg/ML , Uso: Solução Injetável	272217	Ampola 1 Mililitro	25	200	200	23,08	4.616,00
48	Diosmina Composição: Associada À Hesperidina , Concentração: 450mg + 50mg	273818	Comprimido	30	1500	1500	1,088	1.632,00
49	Docetaxel Concentração: 20 mg/ml, Forma Farmaceutica: Injetável	455883	Frasco-Ampola	1	200	200	54,00	10.800,00
50	Docetaxel Concentração: 40 MG/ML, Forma Farmaceutica: Injetável	455884	Frasco-Ampola	1	200	200	60,0001	12.000,02

51	Doxorrubicina Cloridrato Dosagem: 10 MG, Indicação: Injetável	268450	Frasco-Ampola	1	200	200	53,50	10.700,00
52	Doxorrubicina Cloridrato Dosagem: 50 MG, Indicação: Injetável	268451	Frasco-Ampola	1	200	200	55,50	11.100,00
53	Durvalumabe Concentração: 50 MG/ML, Forma Farmacêutica: Solução Injetável	454939	Frasco 2,4 Mililitro	1	100	100	3.342,87	334.287,00
54	Eltrombopag Olamina Concentração: 25 mg	410019	Comprimido	14	1500	1500	134,45	201.675,00
55	Eltrombopag Olamina Concentração: 50 mg	410020	Comprimido	14	1500	1500	289,16	433.740,00
56	Empagliflozina Concentração: 10 mg	437078	Comprimido	30	750	750	8,23	6.172,50
57	Empagliflozina Concentração: 25 mg	434874	Comprimido	30	750	750	9,22	6.915,00
58	Enoxaparina Concentração: 100 MG/ML, Forma Farmacêutica: Solução Injetável , Características Adicionais 1: Seringa Preenchida	448982	Seringa 0,2 Mililitro	2	1000	1000	15,68	15.680,00
59	Enoxaparina Concentração: 100 MG/ML, Forma Farmacêutica: Solução Injetável , Características Adicionais 1: Seringa Preenchida	448982	Seringa 0,4 Mililitro	2	1000	1000	18,00	18.000,00
60	Enoxaparina Concentração: 100 MG/ML, Forma Farmacêutica: Solução Injetável , Características Adicionais 1: Seringa Preenchida	448982	Seringa 0,6 Mililitro	2	1000	1000	19,34	19.340,00
61	Enzalutamida Concentração: 40 mg	433690	Cápsula	112	1500	1500	103,12	154.680,00
62	Exemestano Concentração: 25 mg	282151	Drágea	30	750	750	7,33	5.497,50
63	Filgrastim Concentração: 300 mcg/ml, Forma Farmacêutica: Solução Injetável	300412	Frasco 1 Mililitro	1	400	400	43,94	17.576,00
64	Fluoruracila Dosagem: 50 mg/ml, Uso: Solução Injetável	268478	Ampola 10 Mililitro	1	200	200	18,37	3.674,00
65	Folinato De Cálcio Dosagem: 10 mg/ml, Forma Farmacêutica: Solução Injetável	309041	Frasco-Ampola	10	200	200	130,00	26.000,00
66	Fulvestranto Dosagem: 50 mg/ml, Forma Farmacêutica: Solução Injetável , Características Adicionais 1: Seringa Preenchida	448707	Seringa	2	100	100	242,50	24.250,00
67	Ganciclovir Sódico Dosagem: 500 mg, Forma Farmacêutica: Pó Liófilo P/ Injetável	330115	Frasco-Ampola	50	200	200	42,50	8.500,00
68	Gefitinibe Concentração: 250 mg	282040	Comprimido	30	1500	1500	36,39	54.585,00
69	Gencitabina Cloridrato Dosagem: 1g , Tipo Uso: Injetável	270430	Frasco-Ampola	1	400	400	70,29	28.116,00
70	Golimumabe Concentração: 50 MG, Forma Farmacêutica: Solução Injetável , Característica Adicional: Em Seringa Preenchida, Acoplada Á Caneta Aplicadora	414431	Seringa	1	150	150	3.539,44	530.916,00

71	Gosserrelina Acetato Dosagem: 3,6 Mg , Indicação: Solução Injetável	268109	Seringa	1	100	100	650,81	65.081,00
72	Gosserrelina Acetato Dosagem: 10,80 Mg , Indicação: Solução Injetável	268108	Seringa	1	100	100	1.666,34	166.634,00
73	Irinotecano Cloridrato Dosagem: 20 MG/ML, Forma Farmacêutica: Solução Injetável	294912	Frasco 2 Mililitro	1	200	200	44,57	8.914,00
74	Ixazomibe Concentração: 3 mg	450766	Cápsula	3	50	50	5.210,47	260.523,50
75	Ixazomibe Concentração: 4 mg	450762	Cápsula	3	50	50	6.947,29	347.364,50
76	Lenalidomida Concentração: 5 mg	365047	Cápsula	21	600	600	280,00	168.000,00
77	Lenalidomida Concentração: 10 mg	365048	Cápsula	21	600	600	567,08	340.248,00
78	Lenalidomida Concentração: 15 mg	365049	Cápsula	21	600	600	510,00	306.000,00
79	Lenalidomida Concentração: 20 mg	480405	Cápsula	21	600	600	850,58	510.348,00
80	Lenalidomida Concentração: 25 mg	364816	Cápsula	14	600	600	652,41	391.446,00
81	Letrozol Concentração: 2,5 mg	273407	Comprimido	30	750	750	2,85	2.137,50
82	Leuprorrelina Acetato Concentração: 3,75 MG, Forma Farmacêutica: Pó Liófilo P/Injetável	305257	Seringa	1	100	100	291,24	29.124,00
83	Leuprorrelina Acetato Concentração: 7,5 MG, Forma Farmacêutica: Pó Liófilo P/Injetável	305258	Seringa	1	100	100	309,01	30.901,00
84	Leuprorrelina Acetato Concentração: 22,5 MG, Forma Farmacêutica: Pó Liófilo P/Injetável	305259	Seringa	1	100	300	856,39	256.917,00
85	Lenvatinibe Concentração: 4 mg	448275	Cápsula	30	1500	1500	110,00	165.000,00
86	Lenvatinibe Concentração: 10 mg	448276	Cápsula	30	1500	1500	284,48	426.720,00
87	Liraglutida Concentração: 6 MG/ML, Forma Farmaceutica: Solução Injetável , Características Adicionais 1: Em Caneta Aplicadora Preenchida	448754	Seringa 3 Mililitro	3	100	100	380,44	38.044,00
88	Metotrexato Dosagem: 50 MG, Forma Farmacêutica: Pó Liófilo P/ Injetável	322079	Frasco-Ampola	1	100	100	25,97	2.597,00
89	Metotrexato Dosagem: 500 MG, Forma Farmacêutica: Pó Liófilo P/ Injetável	322080	Frasco-Ampola	1	100	100	158,50	15.850,00
90	Micofenolato Composição: Mofetila, Concentração: 500 mg	448579	Comprimido	50	2500	2500	8,20	20.500,00
91	Morfina Apresentação: Sulfato , Concentração: 30mg , Forma Farmacêutica: Liberação Cronogramada	292263	Cápsula	60	1500	1500	1,89	2.835,00

92	Morfina Apresentação: Sulfato, Concentração: 100mg, Forma Farmacêutica: Liberação Cronogramada	292262	Cápsula	60	1000	1000	3,36	3.360,00
93	Nilotinibe Concentração: 150 mg	448649	Cápsula	120	1500	1500	141,36	212.040,00
94	Nilotinibe Concentração: 200 mg	374967	Cápsula	112	1500	1500	218,90	328.350,00
95	Nintedanibe Composição: Sal Esilato , Concentração: 100 mg	439610	Cápsula	60	1500	1500	144,84	217.260,00
96	Nintedanibe Composição: Sal Esilato , Concentração: 150 mg	436345	Cápsula	60	1500	1500	240,53	360.795,00
97	Nivolumabe Concentração: 10 MG/ML, Forma Farmacêutica: Solução Injetável	436778	Frasco 4 Mililitro	1	200	200	4.023,02	804.604,00
98	Nivolumabe Concentração: 10 MG/ML, Forma Farmacêutica: Solução Injetável	436778	Frasco 10 Mililitro	1	200	200	9.287,12	1.857.424,00
99	Olaparibe Concentração: 100 mg	458279	Cápsula	56	1500	1500	298,00	447.000,00
100	Olaparibe Concentração: 150 mg	458280	Cápsula	56	15	1500	272,48	408.720,00
101	Osimertinibe Concentração: 40 mg	442724	Comprimido	30	1500	1500	1.128,46	1.692.690,00
102	Osimertinibe Concentração: 80 mg	442723	Comprimido	30	1500	1500	1.128,46	1.692.690,00
103	Paclitaxel Concentração: 100 MG, Forma Farmaceutica: Pó Liófilo P/ Injetável	444211	Frasco-Ampola	1	200	200	1.086,12	217.224,00
104	Paclitaxel Concentração: 6 MG/ML, Forma Farmaceutica: Solução Injetável	394804	Frasco-Ampola	1	200	200	99,25	19.850,00
105	Palbociclibe Concentração: 75 mg	452627	Cápsula	21	600	600	337,12	202.272,00
106	Palbociclibe Concentração: 100 mg	452628	Cápsula	21	600	600	473,62	284.172,00
107	Palbociclibe Concentração: 125 mg	446772	Cápsula	21	600	600	674,25	404.550,00
108	Pembrolizumabe Concentração: 25 mg/ml, Forma Farmacêutica: Solução Injetável	440269	Frasco 4 Mililitro	2	300	300	16.976,80	5.093.040,00
109	Pertuzumabe Concentração: 30 mg/ml, Forma Farmacêutica: Solução Injetável	427532	Frasco 14 Mililitro	1	300	300	12.386,90	3.716.070,00
110	Pirfenidona Concentração: 267 mg	434252	Cápsula	270	2100	2100	40,10	84.210,00
111	Ponatinibe Concentração: 15 mg	448289	Comprimido	30	750	750	409,06	306.795,00
112	Ponatinibe Concentração: 45 mg	426444	Comprimido	30	750	750	923,07	692.302,50

113	Regorafenibe Concentração: 40 mg	422123	Comprimido	84	1500	1500	196,99	295.485,00
114	Ribociclibe Composição: Succinato , Concentração: 200 mg	457888	Comprimido	63	1600	1600	277,34	443.744,00
115	Romosozumabe Concentração: 90 MG/ML, Forma Farmacêutica: Solução Injetável , Adicional: Seringa Preenchida	480015	Seringa 1,17 Mililitro	2	50	50	2.083,13	104.156,50
116	Ruxolitinibe Concentração: 20 mg	433685	Comprimido	60	1500	1500	472,79	709.185,00
117	Somatropina Concentração: 10 MG/ML, Forma Farmaceutica: Solução Injetável , Característica Adicional: Com Aplicador	448764	Frasco 1,5 Mililitro	1	400	400	795,89	318.356,00
118	Sorafenibe Tosilato Concentração: 200 mg	330335	Comprimido	60	1500	1500	87,54	131.310,00
119	Sunitinibe Composição: Malato, Concentração: 25 mg	344562	Cápsula	28	3000	3000	160,00	480.000,00
120	Sunitinibe Composição: Malato, Concentração: 50 mg	344564	Cápsula	28	1200	1200	49,40	59.280,00
121	Tamoxifeno Citrato Dosagem: 10 mg	272022	Comprimido	30	1500	1500	1,31	1.965,00
122	Tamoxifeno Citrato Dosagem: 20 mg	272023	Comprimido	30	1500	1500	1,32	1.980,00
123	Temozolomida Concentração: 5 mg	273193	Cápsula	5	150	150	7,00	1.050,00
124	Temozolomida Concentração: 20 mg	273194	Cápsula	5	150	150	29,78	4.467,00
125	Toxina Botulínica Princípio Ativo: Tipo A , Dosagem: 100 UI , Apresentação: Injetável	292372	Frasco-Ampola	1	200	200	700,00	140.000,00
126	Trastuzumabe Concentração: 150 MG, Forma Farmacêutica: Pó Liofilo Injetável	295303	Frasco-Ampola	1	200	200	681,47	136.294,00
127	Trastuzumabe Composição: Pertuzumabe, Concentração: 440 Mg, 420 MG, Forma Farmacêutica: Pó Liofilo Injetável , Característica Adicional: Em Frascos Separados	432784	Frasco-Ampola	1	200	200	34.100,00	6.820.000,00
128	Triptorrelina Composição: Sal Acetato , Concentração: 3,75 MG/ML, Forma Farmaceutica: Solução Injetável , Características Adicionais: Seringa Preenchida, Liberação Prolongada	448771	Frasco-Ampola	1	200	200	350,00	70.000,00
129	Valsartana Composição: Associado Ao Sacubitril, Concentração: 103 Mg + 97 M	445432	Comprimido	60	1500	1500	5,62	8.430,00
130	Vemurafenibe Concentração: 240 mg	418793	Comprimido	56	1200	1200	205,06	246.072,00
131	Daratumumabe Concentração: 20 MG/ML, Forma Farmacêutica: Solução Injetável	441461	Frasco 20 Mililitro	1	200	200	8.361,89	1.672.378,00
132	Ifosfamida Dosagem: 1 G, Aplicação: Injetável	270443	Frasco-Ampola	1	200	200	62,83	12.566,00

133	Ifosfamida Dosagem: 2 G, Aplicação: Injetável	270444	Frasco-Ampola	1	200	200	149,15	29.830,00
VALOR TOTAL							46.488.678,62	

- .2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do momento da contratação, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.6. O Órgão gerenciador será o Hospital Geral de Belém.
- 1.7. Além do Órgão gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item	H Ge Belém 160166	Hospital Naval 784700	TOTAL
1	750		750
2	750		750
3	750		750
4	3000	1200	4200
5	1500	1500	3000
6	750		750
7	3000		3000
8	50	40	90
9	1000		1000
10	1000		1000
11	3000		3000
12	100	50	150
13	100	50	150
14	1000		1000

15	1500	1200	2700
16	1500		1500
17	50		50
18	1500		1500
19	1500		1500
20	50	40	90
21	1500		1500
22	100	50	150
23	750		750
24	750		750
25	750		750
26	1500	1200	2700
27	1500	1200	2700
28	100		100
29	100	80	180
30	100	80	180
31	100	100	200
32	750		750
33	100	100	200
34	2000	2000	4000
35	300	300	600

36	300	300	600
37	1000		1000
38	750		750
39	750		750
40	1500		1500
41	750	750	1500
42	750	750	1500
43	100		100
44	50		50
45	50	20	70
46	50	20	70
47	100	100	200
48	1500		1500
49	100	100	200
50	100	100	200
51	100	100	200
52	100	100	200
53	100		100
54	750	750	1500
55	750	750	1500
56	750		750

57	750		750
58	1000		1000
59	1000		1000
60	1000		1000
61	1500		1500
62	750		750
63	200	200	400
64	100	100	200
65	100	100	200
66	100		100
67	200		200
68	750	750	1500
69	200	200	400
70	100	50	150
71	50	50	100
72	50	50	100
73	100	100	200
74	50		50
75	50		50
76	600		600

77	600		600
78	600		600
79	600		600
80	600		600
81	750		750
82	50	50	100
83	50	50	100
84	200	100	300
85	1500		1500
86	1500		1500
87	100		100
88	100		100
89	100		100
90	2500		2500
91	1500		1500
92	1000		1000
93	1500		1500
94	1500		1500
95	1500		1500
96	1500		1500
97	100	100	200

98	100	100	200
99	1500		1500
100	1500		1500
101	750	750	1500
102	750	750	1500
103	100	100	200
104	100	100	200
105	600		600
106	600		600
107	600		600
108	200	100	300
109	200	100	300
110	2100		2100
111	750		750
112	750		750
113	1500		1500
114	800	800	1600
115	50		50
116	1500		1500
117	200	200	400
118	1500		1500

119	1500	1500	3000
120	600	600	1200
121	750	750	1500
122	750	750	1500
123	150		150
124	150		150
125	150	50	200
126	100	100	200
127	100	100	200
128	200		200
129	1500		1500
130	1200		1200
131	200		200
132	100	100	200
133	100	100	200

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.

Da exigência de amostra:

1. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, **poderá o H Ge Belém**, solicitar ao interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar, a apresentação de uma amostra do material, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores.

2. Será **facultado H Ge Belém** a possibilidade da exigência de amostras de qualquer item.

3. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, em compatibilidade com o Termo de Referência, minuciando o modelo, tipo, procedência, garantia ou validade, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, em português;

4. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro poderá exigir que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta. As amostras dos itens solicitados deverão ser apresentadas no **prazo máximo de 3 (três) dias úteis**, a contar da solicitação, junto a SALC do H Ge Belém à Praça Santos Dumont, s/nº, Bairro Umarizal, Belém-PA, CEP: 66.050-450 para conferência do produto com as especificações solicitadas no Termo de Referência;

5. Quando as amostras não forem entregues pessoalmente no endereço citado no item anterior, o licitante deverá enviar via postal, antes do término do prazo de vista da amostra, o código de rastreamento referente ao envio/postagem da citada amostra;

6. É facultada prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo, e formalmente aceito pelo Pregoeiro;

7. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada;

8. A quantidade das amostras deverá ser de no mínimo uma unidade por item, apresentada na embalagem original, lacrada, conforme comercializada. Contudo, a critério do Pregoeiro ou da área técnica poderão ser solicitadas mais amostras;

9. Cada amostra deverá ser identificada com uma etiqueta contendo as seguintes informações: Amostra para Análise, além dos dados completos da referida amostra; Licitação: número da licitação e do item a que se referem; Fornecedor: nome, telefone e e-mail; Representante: nome, telefone e e-mail;

10. As amostras deverão ser entregues em embalagens individuais contendo: data, número do lote de fabricação, prazo de validade e informações de acordo com a legislação pertinente, quando for o caso. Os proponentes deverão constar em suas propostas as especificações dos itens cotados, com especial atenção para as marcas, bem como, o número do Registro do produto na ANVISA ou sua dispensa, que deverá estar em conformidade com a amostra;

11. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

11.1. O produto deve atender a mesma especificação do descritivo presente na definição do objeto;

11.2. O material deve ter ficha técnica com composição e forma de uso.

12. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema. Os pareceres técnicos elaborados a partir dos resultados dos testes em amostra, serão arquivados no H Ge Belém e poderão subsidiar avaliações dos materiais em processos licitatórios futuros, compondo o cadastro de materiais;

13. Nos casos de pareceres técnicos desfavoráveis a aceitação do material, esses poderão ser utilizados como instrumento para desclassificação do item.

14. A amostra colocada à disposição do H Ge Belém será tratada como protótipo, podendo ser manuseada, desmontada ou instalada pela equipe técnica responsável pela análise, bem como conectada a equipamento(s) e submetida aos testes necessários;

15. Os exemplares colocados à disposição da Administração e considerados de baixo custo pelo licitante, não serão devolvidos. Os exemplares considerados de custo elevado, mediante manifestação documentada, e que necessitem devolução, deverão ser apresentados por promotores da licitante ou na impossibilidade de apresentação, o licitante poderá encaminhá-los via Correios/transportadora e resgatá-los no **prazo máximo de 20 (vinte) dias**, a contar da data do recebimento. Após este prazo o H Ge Belém não se responsabilizará pelos mesmos;

1.
1.

Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.
2.

Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.
3.

Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de (.....) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.
4.

Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

16. Seguindo o entendimento do TCU de que “é admissível a flexibilização de critério de julgamento da proposta, na hipótese em que o produto ofertado apresentar qualidade superior à especificada no edital, não tiver havido prejuízo para a competitividade do certame e o preço obtido revelar-se vantajoso para a administração”(Acórdão 394/2013-Plenário, TC 044.822/2012-0, relator Ministro Raimundo Carreiro, 6.3.2013), se o produto ofertado atender os pressupostos elencados nesse Acórdão, ou seja, (a) o produto ofertado é superior, (b) não haver prejuízo à competitividade e (c) o preço resultante for vantajoso à Administração, comprovados por meio de diligências, estes poderão ser aceitos;

17. Ocorrendo possíveis divergências entre a descrição do item contido neste Termo e a descrição vinculada ao código do material no sistema Comprasnet (CATMAT), prevalecerá a descrição contida no Termo de Referência.

Da exigência da carta de solidariedade

1.
- Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Subcontratação

1.
- Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

1.
- Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, em virtude de se tratar de Sistema de Registro de Preços (SRP) e por ocasião da formalização da Ata em si, não será gerada obrigação imediata de fornecimento.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O prazo de entrega dos bens é de **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir do recebimento da Nota de ou da assinatura do instrumento de contrato, em remessa única, no seguinte endereço: Empenho Hospital Geral de Belém, Situado na Praça Santos Dumont (antiga Praça Brasil), 850, Centro, CEP 66050-450, Bairro do Umarizal, Belém-PA, as mercadorias deverão ser entregues no depósito da Odontoclínica do Hospital no horário de funcionamento desta Organização Militar, conforme segue:

HORÁRIO	DIA DA SEMANA
07h 00min às 13h 00 min	De Segunda a Quinta-feira
07h 00min às 12h 00min	Sexta-feira

5.2. Não serão aceitos materiais diferentes dos especificados neste Termo de Referência, fora dos prazos mínimos estipulados, em mau estado de conservação, de qualidade inferior, com a embalagem danificada ou com os lacres de segurança (para aqueles produtos que houver) rompidos.

5.3. **Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta**, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.4. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.7. No caso de produtos perecíveis, **o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 01 (hum) ano ou a dois terços do prazo total recomendado pelo fabricante.**

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22,II);

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.8 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor de Contrato

6.9 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.11 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.12 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.13 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.14 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.*

7.2.4.2. *Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia; [A2]*

7.2.4.2.1. *O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.*

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.6. *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% e 10% (ou até 30% em casos extremos) sobre o valor da contratação.*

7.2.4.7. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.*

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

8.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 2 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

8.5 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.9 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.9.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.10 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.10.1 o prazo de validade;

8.10.2 a data da emissão;

8.10.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

8.10.4 o período respectivo de execução do contrato;

8.10.5 o valor a pagar; e

8.10.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.11 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.12 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.13 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

8.14 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.15 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.16 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.17 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.18 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.

Forma de pagamento

8.20 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.21 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.22 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.23 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.24 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

8.25 É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

8.26 A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.28 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

8.29 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

9.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço POR ITEM, em disputa aberto**.

Forma de fornecimento

9.2 O fornecimento do objeto poderá ser integral, conforme quantidades constantes em nota de empenho ordinário ou parcelado conforme quantidades solicitadas quando a nota de empenho for global.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documentos comprobatórios de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documentos comprobatórios de seus administradores;

9.10 . Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

9.13. Produtor Rural : matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

9.14. Ato de autorização para o exercício da atividade de comércio de materiais hospitalares.

9.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.16. Licença de Funcionamento expedida pelo Órgão Sanitário Local (Estadual/Municipal) que comprove o licenciamento da empresa para exercer as atividades de comercialização referente ao objeto deste certame; Autorização de Funcionamento (AFE) da empresa proponentes, emitida pelo órgão competente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária ANVISA;

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.17. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.18. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.19. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.20. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.21. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, Municipal ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.22. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.23. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual e Municipal ou Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.24. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.25. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.26. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.27. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

9.27.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

9.27.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.27.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2(dois) anos;

9.27.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.27.5 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10 %] do valor total estimado da contratação.

9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

Qualificação Técnica

9.29 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.29.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

9.29.2 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.29.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.29.4. Apresentação de pelo menos um Atestado(s) de Capacidade Técnica (declaração ou certidão) fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da licitante, comprovando/declarando a aptidão ou desempenho da licitante para fornecimento dos objetos compatível em características com o objeto da licitação, com a emissão de no máximo 02 (dois) anos.

9.29.5. O atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito privado deverá indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone, e-mail, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.). Além da descrição detalhada do objeto, quantidades e prazos de fornecimento dos materiais. Quando for emitido por ente privado deverá este ser com firma reconhecida de quem o subscreveu.

9.29.6. Todas as informações prestadas no Atestado de Capacidade Técnica estarão sujeitas a verificação e confirmação de autenticidade, exatidão e veracidade através de diligência, sujeitando o emissor às penalidades previstas em lei caso ateste informações inverídicas. Por decisão do Pregoeiro, poderá ser aberto prazo ao licitante para atendimento a diligência, que poderá ser realizada por convocação através do próprio sistema comprasnet.

9.29.7. Caso haja necessidade, a Administração reserva-se ao direito de solicitar a apresentação de cópia(s) da(s) Nota(s) Fiscal(is) e correspondentes ao (s) Atestado(s) de Capacidade Técnica apresentados.

9.29.8. **Certificado de Registro dos produtos expedidos pelo Ministério da Saúde**, podendo ser cópia da publicação no Diário Oficial da União ou cópia autenticada do certificado, conforme Resolução ANVISA - RDC nº 185, de 22 de outubro de 2001, identificando o número do item Correspondente. Somente para o item quando aplicável.

9.29.9. Caso o produto esteja dispensado de Registro, a licitante deverá encaminhar Declaração de Notificação de Dispensa de Registro ou Certificado de Dispensa de Registro, emitidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, ou outro documento oficial apto a comprovar a dispensa do registro, ficando a cargo da licitante a comprovação de que o produto não está sujeito ao regime de Vigilância Sanitária.

9.29.10. Certificado Regional de Farmácia- CRF ou outro equivalente. Caso o prazo de validade do registro esteja vencido, a licitante deverá encaminhar Certificado de Registro ou publicação no Diário Oficial da União (DOU) acompanhado do pedido de revalidação "FP 1" e "FP 2", datado do semestre anterior ao do vencimento, na forma do art.14, §6º, do Decreto Federal nº 79.094/1977;

9.30. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.30.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.30.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual- DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.30.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

9.30.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.30.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

9.30.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9.30.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9.31. Sob pena de inabilitação, os documentos apresentados deverão estar:

a) Em nome da licitante com o nº do CNPJ e o endereço respectivo, conforme segue:

b) Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz e;

c) Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

9.32. No caso das alíneas anteriores, serão dispensados da filial aqueles documentos que, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz e vice-versa. Caso a licitante pretenda efetuar o fornecimento do objeto desta licitação por intermédio de outro estabelecimento, matriz ou filial, conforme o caso, deverá comprovar também que este atende a todas as exigências habilitatórias.

9.33. **Observações cabíveis:**

9.33.1. O não fornecimento do material solicitado no tempo estimado deverá acarretar em sanções administrativas para a empresa contemplada.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 34.589.560,41 (trinta e quatro milhões quinhentos e oitenta e nove mil quinhentos e sessenta reais e quarenta e um centavos).**

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.3. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

10.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.3.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I

13.1. Conforme está descrito no Anexo I.

14. ANEXO II

14.1. Conforme está descrito no Anexo II.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SAMELLA BENOLIEL ELMESCANY

Responsável pelo Setor de Aquisição de Medicamentos de Alto Custo/Oncológicos



Assinou eletronicamente em 24/06/2026 às 09:06:53.